

Governador fecha os portões do Palácio Guanabara e impede a sociedade de participar do processo de privatização do Saneamento no Estado do Rio

Audiência pública vira privada

Ronaldo Gama



A Audiência Pública para discutir o modelo de privatização da CEDAE, realizada no dia 20 de fevereiro, na véspera do carnaval e cercada de medidas para impedir, até à força, a ampla participação da sociedade, desmascarou as reais intenções do governo Marcello Alencar, de vender, a qualquer preço, as empresas públicas, sejam elas de interesse público ou não. Com os portões fechados e um forte

esquema de segurança, dentro e fora do "Palácio", como se recebesse inimigos e não cidadãos contribuintes, o governo do Estado fez um pré-carnaval particular, onde a repressão foi o ponto alto da alegoria e evolução, como nos "bons" tempos da ditadura. Com a clara intenção de cumprir meras formalidades do processo e não de, realmente, discutir com a sociedade seus interesses, o secretário de Obras,

Antônio RATO, conduziu a "audiência particular" do governo em meio a protestos generalizados contra a falta de transparência no processo, por parte de alguns poucos trabalhadores, líderes comunitários e de classe que conseguiram entrar no auditório da Secplan. E no final, indiferente às boas regras da democracia, proclamou, mesmo sem discussão, a audiência realizada, "como determina o regulamento".

**Associação dos Empregados de Nível
Universitário da CEDAE**

Rua Sacadura Cabral, 120, Sala 601/602/607 e 902
Telefones 263-6240/296-0025 - Ramal 102
Telefax: 253-7482
Internet: aseac@mandic.com.br

DIRETORIA EXECUTIVA

Diretor Presidente

Dario Mondego

Diretor Vice-presidente

Walcyr Goulart Mariosa

Diretor Administrativo

César Eduardo Scherer

Diretor Financeiro

Edson Reis da Silva

Diretor de Comunicação

Jaime Dutra Noronha

Diretor Técnico

João Benedito Lorenzon Mello

Diretor Social

Antônio Carlos Álvares Grillo

CONSELHO DIRETOR

Representantes

dos Administradores:

Pedro Paulo de Freitas

Advogados

Sueli Koling Turano

Analistas

César Lima da Graça

Aposentados

Edson Bittencourt Rosas

Elycio Américo M. da Fonseca

Leon Ambram

Nacin Chau Cascum

Arquitetos

Dirceu Soares Marinho Filho

Biólogos

Evandro Rodrigues de Brito

Contadores

Sérgio Pereira

Demais Categorias

Eliana Glória de P. Peixoto

Economistas

Pedro Evandro Ferreira

Engenheiros

Álvaro Henrique C. Verocai

Clóvis Francisco do Nascimento Filho

Flávio de Carvalho Filho

Márcio de Melo Rocha

Paulo César Quintanilha

Renato Guerra Marques

CONSELHO FISCAL

Efetivos: Aloísio Souza da Silva,

Nelson Martins Portugal e José Carlos Filippo.

Suplentes: David Fink, Antônio Bastos de Oliveira

e Luiz Fernando F. Rodrigues.

Produção e Edição

Planin-Assessoria de Comunicação

Tels: (021) 220-5031/224-5472

Jornalista Responsável

Carlos Emiliano Eleutério - MTB: 12.524/RJ

Diagramação

João Carlos Guedes

Edição de ESPECIAL/fevereiro de 1998

Tiragem: 2.000 exemplares

AGE aprova luta da ASEAC pela preservação da CEDAE pública

Numa das mais concorridas Assembléias Gerais Extraordinárias já realizadas pela ASEAC, os associados aprovaram, no último dia 5 de fevereiro, uma série de medidas destinadas a dar prosseguimento e ampliar a luta da Entidade em favor da preservação da CEDAE na esfera pública e pela modernização da Companhia, de maneira descentralizada e com a ampla participação da sociedade. A presença foi tão intensa que obrigou a secretaria da ASEAC a utilizar um sistema de som para que todos pudessem acompanhar a reunião do corredor, uma vez que o auditório estava inteiramente lotado.

Durante a AGE, foi feita uma exposição detalhada a respeito das ações que vem sendo desenvolvidas pela direção da ASEAC, no sentido de conscientizar a população - em especial as camadas mais carentes da sociedade, que dependem do mecanismo do subsídio cruzado para ter acesso ao Saneamento Básico - sobre os riscos da CEDAE ser privatizada. Na reunião, foram aprovadas, ainda, o envio de duas cartas abertas à população, chamando a atenção para o perigo de que ocorra com os serviços de Saneamento o mesmo o que ocorreu com os serviços de energia elétrica depois que a Light e a CERJ foram privatizadas.

Função pública

Depois de ouvir um relato sobre as iniciativas da Entidade em defesa da CEDAE e de seus empregados, os associados presentes à Assembléia aprovaram a linha de ação proposta pela ASEAC para reforçar a luta, que vem ganhando o apoio da classe política, entidades de classe e de várias camadas

da população, em defesa da manutenção do caráter público do Saneamento Básico.

Em razão disso, decidiram aprovar uma série de medidas destinadas a formar um fundo de recursos para dar sustentação às iniciativas da ASEAC, nas áreas jurídica, administrativa e de marketing - todas aprovadas por unanimidade e aclamação pelos presentes. Entre outros pontos, foi prorrogada até junho próximo a contribuição acessória, aprovada no ano passado, para garantir a execução de várias ações. Paralelamente, cada cidadão, associado ou não, ainda terá oportunidade de contribuir de maneira espontânea e independente com a luta da categoria, através de boleto bancária no valor de R\$ 100,00 ou por depósitos voluntários na seguinte conta corrente: UNIBANCO - Agência 0739 - C/C 747479-7.

Além da distribuição de cartas abertas à população - uma dirigida à sociedade, em geral, e outra às comunidades carentes - a AGE aprovou, também, a criação de 10 faixas itinerantes, que serão exibidas à população em pontos estratégicos de grande fluxo de pessoas e automóveis, para que a população tome conhecimento das reais intenções da proposta do governo do Estado de privatizar a CEDAE. Os folhetos, contendo as duas cartas dirigidas à sociedade do Estado do Rio, serão distribuídos em pontos de grande concentração de pessoas, como as estações das barcas, metrô e Central do Brasil, além de sinais de trânsito. Serão distribuídos, ainda, plásticos de pára-brisa contendo mensagens sobre o risco da população, que já está sem luz, ficar, também, sem água.

Marcos Salles



Sérgio Almeida (C), Clóvis Nascimento (D) e Cândido Francisco dos Santos defendem uma Cedae pública, moderna e atuante.

Sanitaristas disputam eleições no SENGE

A chapa "Reage Brasil", que disputa as próximas eleições para compor a diretoria do Sindicato dos Engenheiros do Estado do Rio de Janeiro - SENGE -, contará com dois companheiros da CEDAE: Clóvis Francisco do Nascimento Filho, que atualmente é presidente nacional da ABES, e Cândido Francisco dos Santos e Silva. A chapa é encabeçada pelo atual presidente do Sindicato, engº Sérgio Almeida, que concorre à reeleição para mais um mandato, e vem se destacando à frente da Entidade, com uma atuação firme diante das

principais questões nacionais, como o processo de privatização e o problema do desemprego que ronda a categoria.

É importante a participação de todos os engenheiros da CEDAE nessas eleições, marcadas para os dias 17, 18 e 19 de março, principalmente neste momento em que toda a categoria se mobiliza contra o processo de privatização dos serviços públicos que o governo do Estado vem tentando impor à população, contrariando os verdadeiros interesses da sociedade.

Equívocos da privatização

A questão central é o déficit nacional do Saneamento Básico. É comum encontrar-se, ainda hoje, no interior do estado, do país, o uso por parte da população de água não potável colhida em cacimbas, poços, açudes, rios e lagos, que têm sido, ao longo da história, berços de doenças crônicas, como cólera, esquistossomose, a amebíase, outras endemias e epidemias.

A falta de recursos, combinada com o desinteresse político, fez com que essas pessoas - pertencentes às camadas mais pobres - ficassem abandonadas à sua própria sorte. São, hoje, milhões de brasileiros não atendidos em suas necessidades básicas, ameaçados por várias doenças, que são capazes de levá-los à morte pela ausência de Saneamento Básico. A gravidade da questão pode ser entendida quando analisamos as estatísticas e descobrimos que mais de 60% de todas as internações hospitalares do país são provocadas por doenças decorrentes da falta de Saneamento Básico.

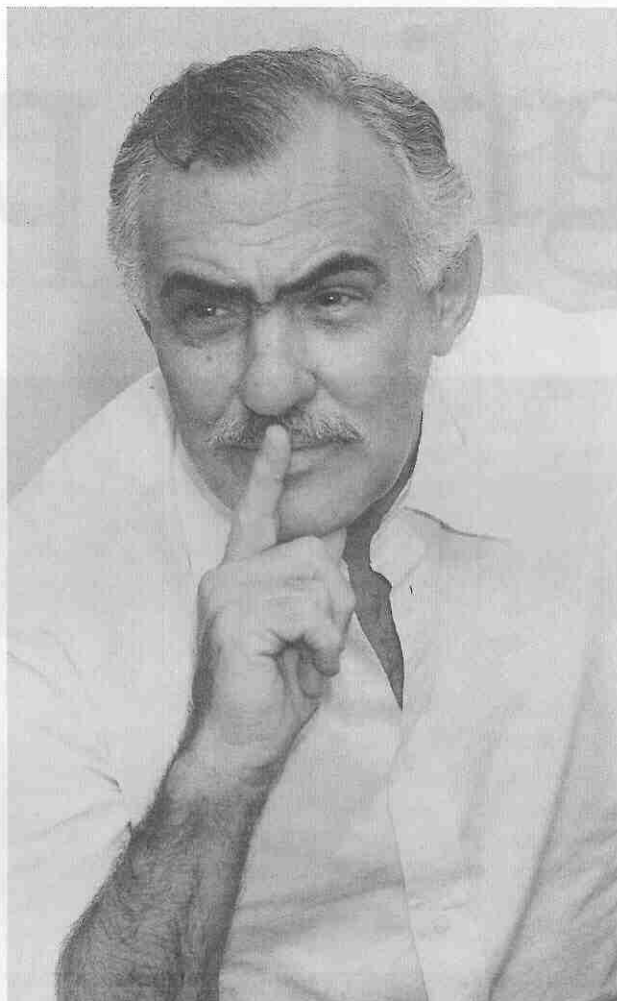
Portanto, estava corretíssimo o governo federal quando se preocupou em zerar tal déficit. Parecia iniciar-se outra era! Na ocasião, no entanto, o País se deparou com as dificuldades decorrentes da falta de recursos para financiar a implantação de sistemas de abastecimento de água potável e de esgotamento sanitário, de forma a estender os serviços a toda a população, principalmente a mais carente, devido ao custo elevado das obras.

Daí, o governo federal despertou para a idéia de fazer uma parceria com a iniciativa privada, no sentido de que esta poderia ajudá-lo a minimizar o problema de milhões de pessoas, que às vésperas do século XXI, vivem sem água tratada e esgotamento sanitário. Nos parece, no entanto, que esta idéia não foi bem recebida pelos empresários, provavelmente, porque não é terreno fértil ao lucro imediato. A partir desta constatação, o governo federal se curvou, e o objetivo inicial - de utilizar o capital privado para resolver o déficit dos serviços de Saneamento - foi distorcido, rapidamente.

Hoje, o interesse privado está voltado para as regiões rentáveis, concentradas, principalmente, nas metrópoles. Estas tornaram-se um sonho - um Eldorado - para aventureiros predadores, em favor de causa própria. "Rapidinhos" incluíram, logo, no Programa de Desestatização, as empresas estatais de água e esgoto.

Nas metrópoles e em vários municípios de grande porte econômico, já estão instalados e em operação grandes sistemas de abastecimento de água potável e de esgotamento sanitário. Nelas, as doenças endêmicas, provocadas pela falta desses serviços, já foram erradicadas. O déficit existente, hoje, é irrelevante e se deve muito mais à questão de gestão, em face do crescimento demográfico desordenado. A região da Barra da Tijuca e da Baixada Fluminense, aqui no Estado do Rio de Janeiro, são exemplos de ocupação desordenada sem infraestrutura de serviços públicos adequada. Todavia, não representam o caos.

Ao mesmo tempo, são regiões atraentes ao lucro de que necessita o empreendimento privado para sobreviver nos dias difíceis de hoje. É só administrar corretamente. É um terreno fértil com colheita imediata à assinatura do contrato de concessão - arrecada pelo que existe já instalado e investe, em data futura, em ampliações necessárias, além do que terá, em mãos, um monopólio com clientela cativa. A Light é um bom exemplo recente. Arrecadou imediatamente. Investiu em marcadores de consumo de ener-



“Com a perspectiva de ganhar esses sistemas prontos, de arrecadação imediata, o empresário ficou desestimulado a participar de programas de implantação de novos sistemas de água e esgotamento sanitário.”

gia para arrecadar mais e distribuir dividendos!

É claro que, com a perspectiva de “ganhar” esses sistemas prontos, de arrecadação imediata, o empresário ficou desestimulado a participar de programas de implantação de novos sistemas de água e esgotamento sanitário - que necessitam de grandes investimentos e um tempo de maturação, com retorno garantido, talvez, a médio e longo prazo e não tanto evidente. Mas, eis que os “rapidinhos”, inesperadamente, encontraram um entrave constitucional - o poder concedente - isto é, o abastecimento de água potável e o esgotamento sanitário, estão contidos na prerrogativa municipal dos serviços de interesse local, preconizados no Artº 30, inciso V da Constituição Federal.

Mas, os “rapidinhos”, logo, se apressaram em proteger o seu intento. Valendo-se do poder legitimado, querem tornar os estados titulares dos serviços de

Saneamento, baseando-se nos sistemas integrados existentes nas metrópoles. Tentam, enquanto há tempo, aprovar o Projeto de Lei 266, de autoria do senador José Serra- PSDB/SP - que retira a titularidade dos serviços de Saneamento dos municípios. Aliás, este projeto de lei já deveria ter sido abortado, mas empurrado por eles, permanece em discussão nas Comissões do Senado Federal.

Como o PL-266 não foi aprovado, no Rio de Janeiro, os “rapidinhos” discípulos e aliados, sancionaram e promulgaram - com o conluio de 47 deputados da ALERJ - a Lei Complementar nº 087/97, que é a compilação do PL-266, do senador José Serra; que, entre outros pecados, traz, em si, uma flagrante inconstitucionalidade. Fere as Constituições, tanto a federal quanto a estadual. Nesse clima, a troca de ameaças, as ações judiciais e as liminares envolvem a todos, que distraídos, esquecem-se, completamente, da questão principal - a distorção intencional da Constituição. Até a nossa imprensa, tão perspicaz na vigilância de manobras ardilosas de governo, ainda não se apercebeu dos riscos que isto representa.

Vamos despertar! A questão é socorrer os desassistidos nas regiões interioranas. Privatizar a gestão pública da água e do esgoto, principalmente nas metrópoles, é manobra de interesse do capital especulativo, do lucro financeiro, intencionalmente ajudado pelos governos federal e estadual, que esqueceram o seu objetivo primordial - garantir o Saneamento a toda a população - curvou-se aos interesses privados e estaduais, em favor de causa própria.

Os sistemas integrados foram criados, providencialmente, e não causam desentendimentos entre as prefeituras deles dependentes. Devem continuar na responsabilidade do poder público ao qual cabe a integração, a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum. A estatal estadual de água e esgoto é um excelente instrumento de integração comprovado, desde a época do PLANASA, para esse desafio da autoridade pública, voltado para o Saneamento Básico. Satisfaz plenamente o parágrafo 3º do Artº 25 da Constituição Federal. Em hipótese alguma, aquele dispositivo constitucional, aventa que o Estado avoque para si o poder de concessão à iniciativa privada, para cumprir o seu papel, desrespeitando a Constituição Federal e Estadual, bem como a harmonia entre os poderes.

Aqui, no Estado do Rio de Janeiro, a Cedae, como alvo dos “rapidinhos”, conta os dias de correria insensata para mudar de proprietário - se houver tempo. Só o tempo é o seu obstáculo. O respeito à legislação constitucional e o respeito ao patrimônio público, construído com os recursos do povo usuário cativo e não do Tesouro Estadual, não os impedem.

A mentira que distorceu o enfoque inicial, continua sendo usada, até para informar dados que subavaliam a empresa, a exemplo do metrô. Distrai, também a todos, a partir das reações contrárias a elas. Discriminam as regiões interioranas que passarão a viver a sua própria sorte, se efetivada a privatização na Metrópole, exatamente ao contrário do enfoque inicial de socorro emergencial ao interior abandonado.

A Cedae, tenham certeza, não será vendida. A Constituição - Federal e Estadual - é o estilingue que deitará o “rapidinho - Golias” para o sono político eterno!

Dario Mondego

Governo Marcello Alencar inicia privatização da CEDAE fechando portões

Um grito pela digni

Fotos de Ronaldo Gama

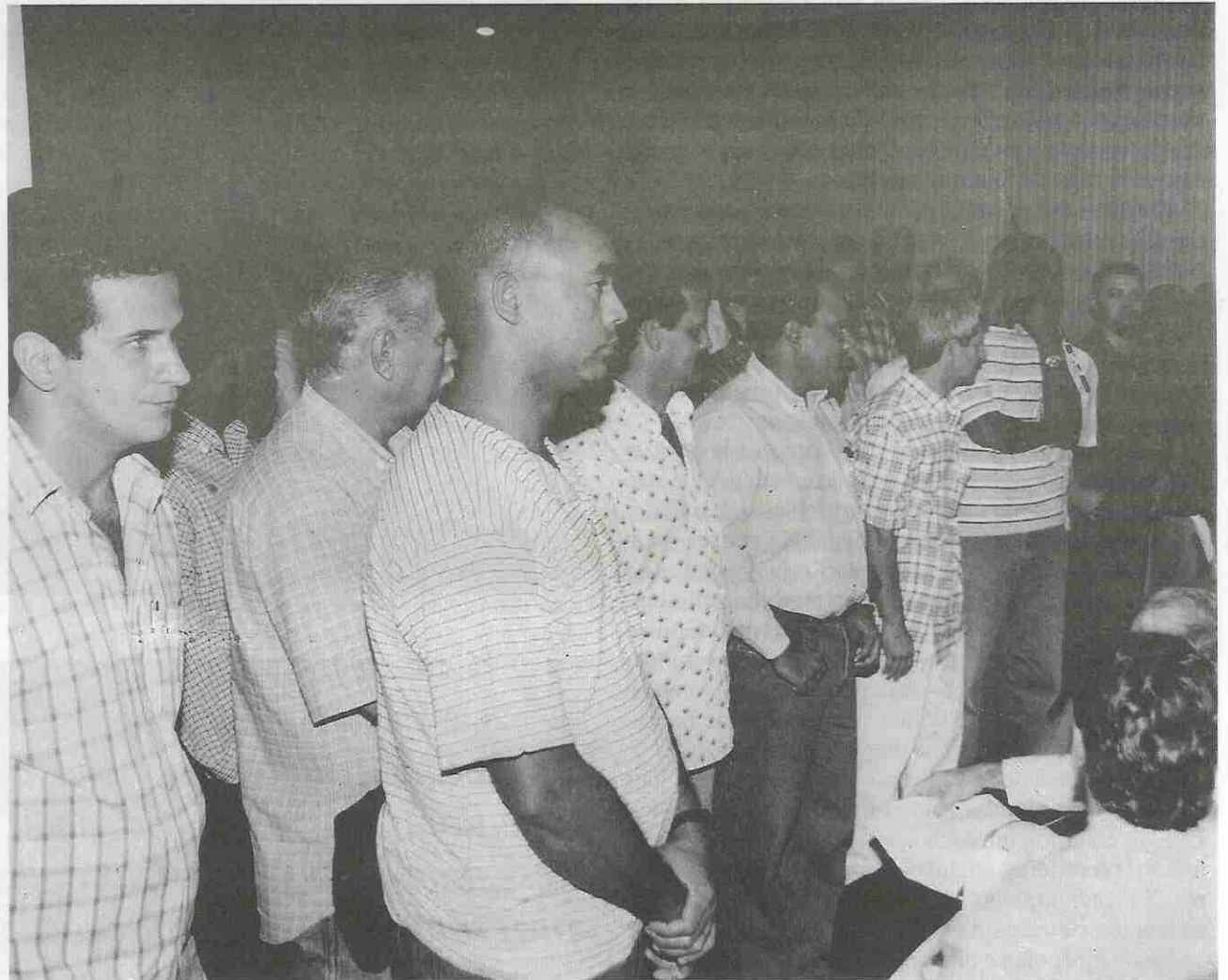
Decidido a ignorar a Lei das Concessões, que determina a ampla participação popular nas audiências públicas que definem as concessões e/ou privatizações de serviços públicos, o governo do Estado - sob forte esquema de policiamento - reafirmou o seu autoritarismo no último dia 20 (véspera do carnaval) - quando sem debates e sob vaias - proclamou a realização da "audiência pública", que deveria discutir a privatização da CEDAE, mas, que na verdade, não chegou a ser realizada devido a intransigência do secretário estadual de obras, Manoel Rato, que ignorando os protestos da população e dos trabalhadores da CEDAE se recusou a permitir a participação no Encontro de cerca de 500 pessoas, entre representantes da sociedade organizada e empregados da Companhia - preocupados em analisar a oferta do governo de adquirir 10% do controle acionário da Empresa.

A pretensa audiência foi realizada no auditório da Secplan, dentro das dependências do Palácio Guanabara - que sob forte esquema de policiamento, montado pela Polícia Militar - teve seus portões fechados, de forma a deixar "literalmente" do lado de fora dos seus portões, centenas de pessoas. Na verdade, a "Audiência Pública" que deveria debater com a sociedade os critérios de privatização da CEDAE acabou se transformando numa grande manifestação contra a falta de transparência do governo no processo de privatização da Companhia.

Clima hostil

O clima hostil - provocado pelo posicionamento irredutível do Secretário de Obras, Antônio Manoel Rato, que estava presidindo o Encontro, acabou frustrando os presentes, inclusive alguns líderes de Associações de Moradores, que acabaram aderindo aos protestos contra a forma antidemocrática como os trabalhos foram conduzidos. Tentando reverter a situação, os presentes - população, políticos, associações, sindicatos e trabalhadores - tentaram de tudo, mas nem mesmo o Hino Nacional conseguiu sensibilizar ou demover o secretário Rato de seu posicionamento antidemocrático e antiético.

Logo no início, os participantes tiveram uma demonstração de qual seria o clima da "Audiência", quando um diretor do Sindicato dos Urbanitários presidente do Sindicato dos Trabalhadores de Campos, Hélio José Anomal, pediu ao presidente da mesa para se pronunciar contra a "forma ilegal" como os trabalhos estavam sendo conduzidos, considerando-se a inadequação do local - um auditório com pouco mais de 100 lugares -, que não permitia a participação de todos os interessados. Aliás, a escolha do auditório da Secplan contrariou a promessa do próprio secretário de Obras, feita durante a primeira tentativa de realizar a "Audiência", no auditório da Bolsa de Valores, que acabou suspensa devido aos protes-



"Não poderia haver lugar para o povo participar, com tanta repressão aqui dentro."

Sindicalistas ao verem o cordão de isolamento formado à frente da mesa condutora da Audiência.

tos generalizados dos presentes, por não haver espaço suficiente para a participação de todos os interessados..

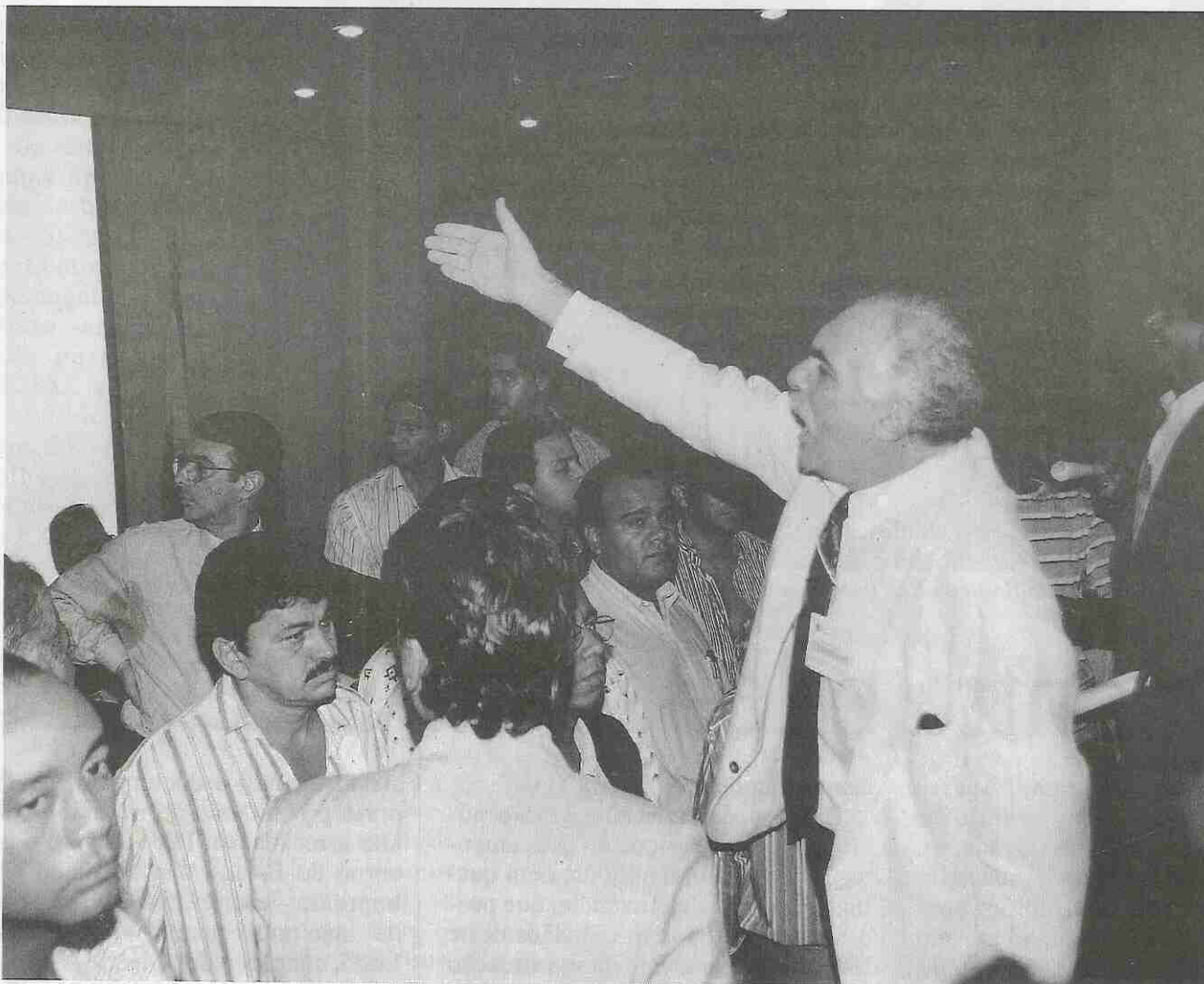
Como sua solicitação foi prontamente negada por Rato, os ânimos se exaltaram e uma sonora vaia começou a ser entoada por todos os presentes, que exigiam o cancelamento da reunião, apoiado de imediato por todos. "Se o governo fosse mais inteligente e democrático, levaria a "Audiência" para o Maracanã, nunca para um local menor do que o auditório da Bolsa de Valores", protestava Helinho, lembrando que diversos ônibus com representantes de prefeituras do interior haviam chegado e estavam impedidos de participar da "Audiência". Os ânimos ficaram mais esquen-

tados, ainda, quando os parlamentares presentes: deputados Marcelo Dias e Carlos Santana, do PT, além de Newton Salomão, do PSB e o vereador Gilberto Palmares descobriram que ao lado do secretário de Obras, Manoel Rato, estava sentado o deputado Paulo Mello, do PSDB, quando os outros parlamentares sequer podiam se dirigir à mesa.

Irredutível, Rato se manteve até o final insensível aos protestos, respondendo que o Estado do Rio tem mais de 13 milhões de habitantes, representados por seus deputados e, sendo assim, qualquer lugar seria restrito para a audiência. O presidente do sindicato dos Urbanitários, Luís Carlos de Oliveira, também se uniu aos protestos, juntamente com o presidente da ASEAC, Dario Mondego, e outras lideranças, que argumentavam a falta de esclarecimento da população sobre o processo de privatização da CEDAE, solicitando a suspensão da "Audiência". O clímax foi quando os presentes resolveram cantar o Hino Nacional, em mais uma tentativa de lembrar ao secretário Rato a importância de respeitarmos a democracia instalada no País, onde todos

do Palácio Guanabara e provoca protestos da população e dos trabalhadores

Unidade e cidadania



têm direito de participar. Ao som do Hino Nacional, cantado pelos presentes, Rato não se perfilou, simplesmente aumentou o som do seu microfone, como se uma música qualquer estivesse sendo cantada por um povo qualquer e nada estivesse acontecendo.

Mais autoritarismo

Por volta das 10 horas, um segurança, vestido a paisana, tentou retirar o presidente do Sindicato de Campos à força do auditório, provocando início de tumulto. Aos gritos de "é uma farsa, é palhaçada" e exigindo mais "democracia", os presentes impediram a concretização daquele ato de violência. Sem se abalar, Rato prosseguiu a "Audiência". Depois de ler o regulamento - que ninguém conseguiu escutar - passou a palavra ao representante da Sanerio - empresa responsável pela modelagem da privatização da CEDAE - para que ele iniciasse sua exposição sobre a Empresa, que também não foi ouvida, devido as incessantes vaias.

Os participantes resolveram, então, iniciar um

"O Estado está subavaliando a CEDAE, com dados falsos sobre a realidade da Empresa."

Dario Mondego,
presidente da ASEAC

"apitação" para que a "Audiência" não prosseguisse, mas o secretário de Obras mandou reforçar a segurança e o auditório foi literalmente invadido por mais de 80 homens a paisana. "Não poderia haver lugar para o povo participar, com tanto repressão lá dentro", reclamavam os manifestantes. Cerca de 40 seguranças se posicionaram, então, em frente à mesa do secretário Rato, que ignorando o que se passava fingia conduzir os trabalhos, formando um cordão de isolamento, enquanto a tropa de choque da PM se mantinha do lado de fora, na porta do prédio da Secplan e garantindo os portões do Palácio.

Alguns empresários - das Construtoras

Odebrecht e Camargo Corrêa, da Bechtel do Brasil (americana) e da própria Sanerio - decidiram sentar ao fundo do auditório ou aguardar o fim da reunião no saguão dos elevadores. Mais tarde, os empresários alegaram que iriam aguardar o edital de licitação, pois na Audiência não puderam ter as informações que queriam.

Do lado de dentro, os protestos se intensificaram: - Cala a boca, seu rato. Você e o Nolasco são dois ratos - gritavam os manifestantes, rasgando a cópia do regulamento da Audiência, distribuída na entrada. Aliás, o presidente da CEDAE José Maurício Nolasco, apesar de ter sido lembrado, não compareceu à Audiência e não foi substituído na vice-presidência da mesa. Em seguida, o presidente da ASEAC, iniciou um novo protesto contra a repressão instalada no prédio do governo do Estado, para impedir que a população pudesse participar da reunião, e contra a falta de transparência e democracia. Exibindo um documento preparado pela ASEAC, Dario aproveitou para denunciar que "o Estado está subavaliando a CEDAE, com dados falsos sobre a realidade da Empresa".

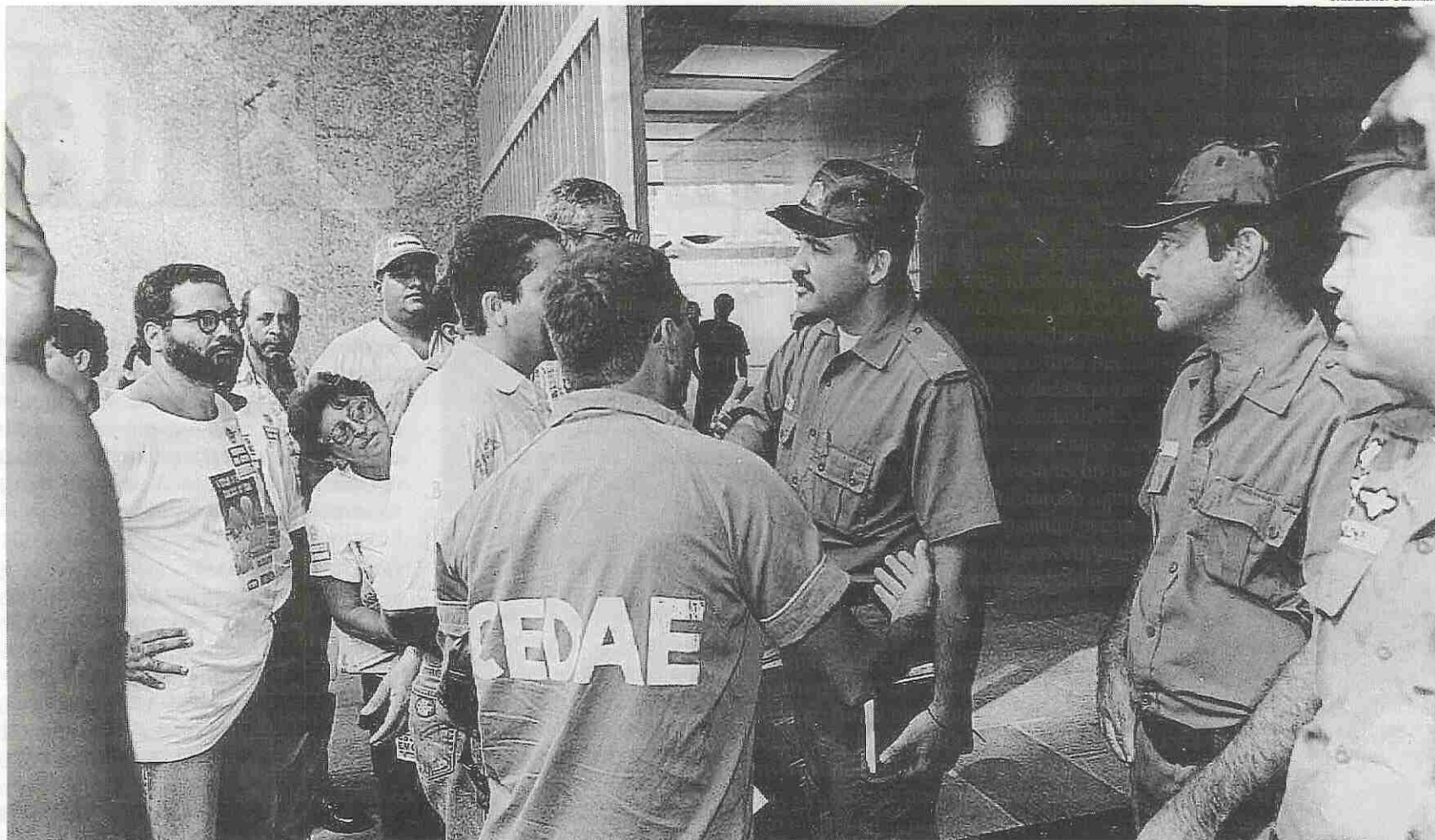
Paralelamente, do lado de fora dos portões do Palácio Guanabara, centenas de trabalhadores e representantes da sociedade, que não puderam participar, faziam uma manifestação contra a privatização da CEDAE e contra a falta de participação popular na "Audiência". Do lado de dentro, o Deputado Carlos Santana denunciava que o deputado Gilberto Palmares fora impedido de entrar no auditório da Secplan e iria se dirigir à Delegacia mais próxima, para registrar queixa formal.

Às 11:35h, o presidente da mesa deu início às perguntas, mas a reação foi imediata e praticamente, ninguém quis formular nenhuma. A presidente da Associação de Moradores de Laranjeiras, Teresa Amayo, dirigiu-se ao microfone para manifestar seu claro posicionamento contrário à privatização, mas argumentou que "diante daquela Audiência constrangedora para a população, retiraria suas perguntas". O presidente da SEAERJ, Jayme Steichel, portador de um documento de mais de 10 Associações de Moradores do Rio, também decidiu retirar o documento, que entregara no início da Audiência, contendo reivindicações da população.

Exatamente às 12 horas, da mesma maneira autoritária como conduziu a sessão, o secretário de Obras deu por encerrada a Audiência, levantou-se da mesa e saiu pela porta dos fundos do auditório da Secplan.

Clube de Engenharia, ABES, CREA e sindicatos se unem em defesa do patrimônio público

Claudionor Santana



Primeira tentativa de realizar a Audiência Pública, no auditório da Bolsa do Rio, não ocorreu, mas o governo não abriu mão de reprimir os trabalhadores

Mobilização contra o leilão da CEDAE

O resultado da privatização da Light e da CERJ serve bem, neste momento, como alerta para o que pode ocorrer com os serviços de água e de esgotamento sanitário, se a CEDAE vier a ser privatizada. Em função disso, o Clube de Engenharia, a Associação Brasileira de Engenharia Sanitária - ABES- Nacional, o Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura - CREA - associações de empregados e vários sindicatos ligados à Empresa e à Engenharia pública se uniram para alertar à população sobre os riscos de se privatizar um serviço público, essencial para a qualidade de vida e para a saúde pública de todo Estado, através de uma Carta Aberta.

Na mensagem, eles chamam a atenção da população para os momentos de extrema dificuldade pelos quais o nosso Estado está passando, com as constantes e diárias faltas de energia elétrica, provocadas pelas empresas LIGHT e CERJ depois de privatizadas.

Segundo o documento, ao contrário do que dizia o governo, as tari-

fas e os serviços pioraram: "Apesar da situação caótica dos usuários e de seus prejuízos, as empresas, de forma cínica e debochada, mandam a população comprar lâmpadas e/ou reguladores de voltagem, ao mesmo tempo que, sem nenhum escrúpulo e respeito, anunciam o lucro da ordem de US\$ 150 milhões, remetidos para a França e o Chile, seus países de origem".

Privatização da Água

Ainda na Carta Aberta, as entidades e os empregados da CEDAE lembram que o governador Marcello Alencar, juntamente com a sua equipe, contrariando solenes compromissos de sua campanha eleitoral, está anunciando a privatização da água e incitam a população a lutar contra essa decisão, que poderá lhes trazer sérios problemas: "Não podemos de forma alguma permitir que isso ocorra; não podemos ficar sem água, pois onde não há água não há vida; não queremos passar pelas mesmas dificuldades que hoje estamos passando com a falta de luz, que já está provo-

cando, também, a falta d'água".

A Carta defende uma gestão pública para os serviços de Saneamento: "Uma CEDAE pública, com qualidade, eficácia e eficiência, que possa atender a todos os cidadãos deste Estado, independente da sua situação social-econômica-financeira, porque Saneamento é direito do cidadão, é dever do Estado por se tratar de uma efetiva ação de saúde pública. - Água é vida e o esgoto é morte, se não for adequadamente tratado".

No documento, as entidades ligadas à Engenharia Pública chamam a atenção para os problemas que a privatização dos serviços de água e esgotamento sanitário poderão trazer para a população de baixa renda: "Os moradores dos conjuntos habitacionais de baixa renda e as comunidades populares têm um futuro sombrio se a CEDAE for privatizada. Hoje, essas populações pagam uma conta d'água que é de, no mínimo, R\$ 6,25 (tarifa social), enquanto a classe média e alta pagam, no mínimo, R\$ 26,00. Essa diferença representa cerca de US\$ 200 milhões anu-

ais". Segundo o documento, "a empresa privada não abrirá mão de tão alta arrecadação. Por sua vez, o governo do Estado tem afirmado pela imprensa - escrita, falada e televisada - não poder manter esses custos". Logo, conclui o documento, "conseqüentemente, irá acabar com os projetos de expansão de abastecimento de água e de esgotamento sanitário nessas comunidades, tendendo a desaparecer o PROSANEAR/ RJ (EX-PROFACE)".

A Carta é assinada pela ASEAC - Associação dos Empregados de Nível Universitário da CEDAE; ASAPAE - Associação dos aposentados da CEDAE; ABES - Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental; Clube de Engenharia. CREA - Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia; STIURJ - Sindicato dos Urbanitários; STCAMPOS - Sindicato de Campos; STNITERÓI - Sindicato de Niterói. Sindicato dos Engenheiros; Sindicato dos Administradores e Federação Nacional dos Urbanitários.

Governo do Estado subavalia CEDAE e entrega à iniciativa privada patrimônio pago pela população

40 anos de trabalho jogados no lixo

Um documento listando uma série de pontos que comprovam a ilegalidade da venda da CEDAE ao setor privado, em especial, do Sistema Guandu, construído e pago com recursos provenientes das tarifas cobradas aos usuários, está sendo enviado à coordenação do Programa Estadual de Desestatização - PED - e ao secretário de Obras do Estado, Antônio Rato, que presidiu a Mesa que conduziu os trabalhos da Audiência Pública, realizada no último dia 20 de fevereiro, no Palácio Guanabara.

Os dados são parte de um estudo elaborado pelo grupo de trabalho criado pela ASEAC, durante a última Assembléia Geral Extraordinária dos associados, para examinar os aspectos econômico-financeiro-comercial contidos no documento de modelagem, elaborado pelo Consórcio Sanerio, contratado pelo governo do estado para preparar a transferência da CEDAE ao setor privado. Na mesma Assembléia, foram criados, também, dois outros grupos de trabalho, para estudar os aspectos jurídico-administrativo e operacional.

Fiel depositária

No documento, a Entidade alerta para o fato de que o Guandu compõe, junto com outros sistemas, a área de prestação de serviços, para atendimento aos usuários da CEDAE na Região metropolitana do Rio de Janeiro. Dessa forma, também será objeto de privatização, uma vez que está incluído no patrimônio da CEDAE, cujo controle acionário será vendido ao setor privado.

Ocorre, de acordo com o trabalho, que para construir o Guandu, o então "nascente Estado do Rio de Janeiro tomou empréstimos junto a organismos internacionais, que foram amortizados através da inclusão de um percentual na tarifa que o usuário da CEDAE pagou, ao longo de muitos anos. Ou seja, através de uma engenharia financeira, a dívida contraída para a construção daquele sistema foi utilizada na composição da estrutura tarifária que, em função do consumo de cada cliente, determinou o valor da conta mensal cobrada aos clientes.

Isso demonstra, segundo o estudo feito pela ASEAC, que todo o complexo do Guandu - tomada d'água, os canais desarenadores e a estação elevatório de água bruta, a adutora de água bruta, a estação de tratamento de água, a elevatória de água tratada, o reservatório do Marapicu, a Elevatória do Lameirão, o túnel da nova adutora do Guandu, de Santíssimo até o reservatório dos Macacos, além dos prédios da administração da ETA do Guandu - foram pagos pelos usuários. Acrescenta, ainda, que "o Estado não está conseguindo perceber a natu-

reza da diferença entre o bem público e os bens do Estado, no caso particular da CEDAE". Isto, porque, se os usuários pagaram o financiamento para a construção do complexo do Guandu, a Companhia se tornou depositária fiel destes bens, que não lhe pertencem, "pois é, apenas, a guardiã deles. Se vendê-los, se tornará depositária infiel".

Além disso, a Entidade argumenta que a população não pode ser lesada com a venda do controle acionário da CEDAE e solicita a retirada do complexo Guandu/Lameirão do processo de privatização.

Subavaliação

Avaliando as cópias das transparências apresentadas na Audiência Pública suspensa no dia 03 de fevereiro, o grupo de trabalho concluiu, também, que o faturamento apresentado no período de janeiro a setembro de 97 representa um valor inferior em R\$ 160 milhões aos dados constantes de relatório da própria área Comercial da CEDAE.

O mesmo ocorre com o volume de água faturado, de 150 milhões de metros cúbicos a menor, em relação aos dados oficiais da Empresa. Os números referentes ao volume de água produzido também estão subfaturados, segundo o trabalho da ASEAC, mostrando um total 300 milhões de metros cúbicos a menos do que os Relatórios de Informações Gerenciais da Companhia - RIGE. Em seguida, questiona se os objetivos dessa flagrante manipulação não seriam os mesmos que ocorreram com o Metrô, quando o valor real de venda foi depreciado, dando margem a apresentação de ágio "aparente".

Outra informação contraditória nas transparências dá conta de que os municípios não conveniados com a CEDAE estão situados na região Noroeste do Estado, quando se sabe que todos os municípios daquela área são atendidos pela Companhia.

Os dados sobre a coleta de esgotos também estão manipulados. Segundo os dados do RIGE, o volume de esgotos coletado e faturado pela CEDAE é superior em, pelo menos, 40 milhões de metros cúbicos aos revelados pelas transparências no processo de modelagem, de janeiro a setembro do ano passado.

Além da manipulação dos números e de outros pontos, o documento questiona, também, a manipulação das tarifas, pois os números das transparências indicam tarifas médias de R\$ 0,97 por metro cúbico para a água e R\$ 1,034 para o metro cúbico de esgotos, que são superiores em cerca de 8% em relação aos dados fornecidos pela CEDAE (Relatório FR-30). Esses valores estão errados ou embutem um aumento de tarifa imediato à privatização da CEDAE.



Deputada retira a CEDAE do Programa Estadual de Desestatização

Os esforços da ASEAC e dos trabalhadores da CEDAE de mobilizarem a sociedade organizada e os parlamentares contra a privatização da CEDAE já está surtindo efeitos. Tanto que a deputada Lúcia Souto, do PPS, resolveu através do Projeto de Lei nº 2.028/98, publicado no Diário Oficial do último dia 18, retirar a CEDAE do Programa Estadual de Desestatização - PED. Segundo a justificativa da deputada, o inciso I da lei nº 2.470, que instituiu o PED, afirma que a reestruturação da exploração pelo Estado da atividade econômica, transferirá para a iniciativa privada aquela que não

provêm interesse coletivo, o que não é o caso da CEDAE.

Lúcia Souto explicou que hoje cerca de 10 milhões de pessoas no Estado do Rio de Janeiro recebem água fornecida pela CEDAE, além disso, outras seis milhões têm redes de esgotos. Ela chamou a atenção para o fato da vinculação direta e imediata dos serviços prestados pela CEDAE, com relação a Saúde Pública, Considerando-se essa questão, explicou, a privatização pode colocar em risco, em última instância a saúde de milhões de pessoas em nosso estado: "Tal possibilidade resultará, sem dúvida, em maiores

despesas do Estado com o sistema de Saúde", concluiu.

Falta de entendimentos

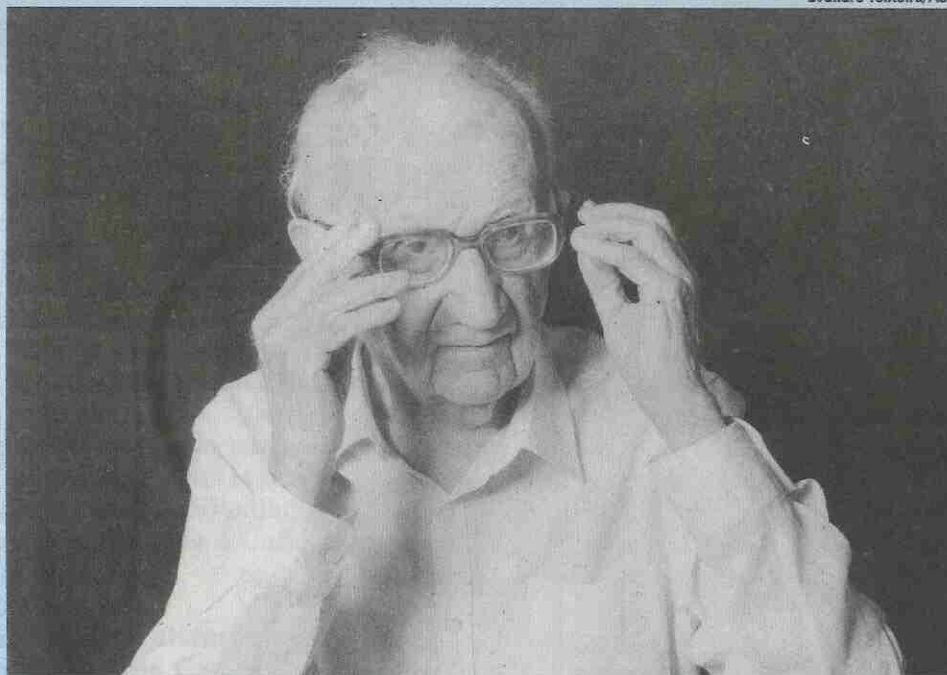
A deputada Lúcia Souto considerou também inconcebível que o Estado pense em leiloar a Cedae e entregar seu controle à iniciativa privada, "antes mesmo de conversar com as prefeituras, no sentido da municipalização dos serviços de água e esgotamento sanitário". A parlamentar explicou, ainda, que os recentes acontecimentos, envolvendo o fornecimento de energia elétrica à população do Estado, por parte da CERJ e da Light - recentemente

privatizadas, nos obriga, necessariamente, a rediscutir o projeto de reforma do Estado em implementação no Rio de Janeiro. Ao criticar os critérios que o governo Marcello Alencar está utilizando para encaminhar esta reforma, Lúcia Souto considerou que esta vem sendo feita, de forma açodada, sem a existência de uma Agência capaz de acompanhar, fiscalizar e atender aos interesses da sociedade: "Na verdade, o governo do Estado tem saído de atividades econômicas que envolvem o interesse coletivo, "lavando as mãos", ao que tem acontecido", finalizou.

ABI poderá entrar com ação popular contra a privatização da CEDAE

O presidente da Associação Brasileira de Imprensa -ABI- jornalista Barbosa Lima Sobrinho, poderá entrar, através da Associação, com uma ação popular contra o governo do Estado para tentar impedir a privatização da CEDAE. A direção da ASEAC conversou com Barbosa Lima, que "aceitou entrar na briga", pois não concorda que serviços essenciais de interesse público sejam transferidos para a iniciativa privada, em especial os de interesse social e público, como os de Saneamento Básico.

Segundo o presidente da ABI, a forma como o governo está impondo a privatização dessas empresas representa, sem dúvida alguma, uma agressão à democracia: "Uma demonstração de atraso, não de progresso". Ao discordar de que o



Evandro Teixeira/AJB

Barbosa Lima Sobrinho, símbolo vivo da soberania nacional, defende a CEDAE pública

Estado é um mal administrador, Barbosa Lima citou o caso da Light, que durante anos pertenceu ao setor privado, mas que só foi bem administrada enquanto estatal. Para o jornalista, hoje o governo defende o neoliberalismo em proveito do capitalismo privado, não dos interesses públicos. Ao criticar o governo FHC, Barbosa Lima Sobrinho mostrou-se totalmente contrário a reeleição do presidente da República. Segundo ele, quem governo o País são os eleitores e é o momento de dizer não a tudo isto votando contra FHC. Barbosa Lima Sobrinho finalizou, explicando, que os ingleses elegeram nas últimas eleições o partido Trabalhista para demonstrar que são contra a privatização de serviços essenciais, como o de Saneamento Básico.